

SOL MAIOR GERADORA DE ENERGIA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

SOL MAIOR GERADORA DE ENERGIA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Sol Maior Geradora de Energia S.A.
Miracema do Norte - TO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sol Maior Geradora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sol Maior Geradora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 31 de março de 2025.

SOL MAIOR GERADORA DE ENERGIA S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.691	1.891	Fornecedores		160	115
Contas a receber	6	408	396	Debêntures	11	-	17.221
Contratos a apropriar		-	25	Obrigações fiscais		158	84
Indenizações a receber	7	168	168	Obrigações trabalhistas		2	33
Adiantamentos a fornecedores		184	34	Arrendamentos	10	10	3
Tributos a compensar		24	25	Outros passivos	12	-	67
Almoxarifado operacional		62	-			330	17.523
Despesas antecipadas		41	-				
		<u>4.578</u>	<u>2.539</u>				
Não circulante				Não circulante			
Depósitos vinculados e outros		20	20	Debêntures	11	-	13.438
Imobilizado	8	17.660	18.930	Arrendamentos	10	673	718
Intangível	9	21	-	Obrigações fiscais		3	3
		<u>17.701</u>	<u>18.950</u>			<u>676</u>	<u>14.159</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	13	21.032	5.993
				Reserva de lucros		242	-
				Prejuízos Acumulados		-	(16.186)
						<u>21.274</u>	<u>(10.193)</u>
Total do ativo		<u><u>22.279</u></u>	<u><u>21.489</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>22.279</u></u>	<u><u>21.489</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOL MAIOR GERADORA DE ENERGIA S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	14	4.679	4.517
Custo de operação	15	(2.594)	(2.136)
Lucro Bruto		2.085	2.381
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(273)	(440)
Outras receitas (despesas)		(2)	(157)
		(275)	(597)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		1.810	1.784
Resultado financeiro	17	(1.344)	(4.565)
Imposto de renda e contribuição social		(224)	(155)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		242	(2.936)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOL MAIOR GERADORA DE ENERGIA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	<u>242</u>	<u>(2.936)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>242</u></u>	<u><u>(2.936)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOL MAIOR GERADORA DE ENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Reserva de Lucros			Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.993	-	-	(13.250)	(7.257)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.936)	(2.936)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.993	-	-	(16.186)	(10.193)
Aumento capital social	31.225	-	-	-	31.225
Absorção de prejuízo acumulado	(16.186)	-	-	16.186	-
Lucro do exercício	-	-	-	242	242
Constituição da reserva legal	-	12	-	(12)	-
Reserva de Lucros	-	-	230	(230)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	21.032	12	230	-	21.274

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOL MAIOR GERADORA DE ENERGIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	242	(2.936)
Ajustes por:		
Juros sobre debêntures	1.531	4.567
Depreciação e Amortização	1.355	1.278
Juros sobre arrendamento mercantil	85	82
MENTO	<u>3.213</u>	<u>2.991</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(12)	870
Contratos a apropriar	25	-
Indenizações a receber	-	6.013
Adiantamentos a fornecedores	(150)	(34)
Almojarifado	(62)	-
Despesas antecipadas	(41)	(25)
Tributos a compensar e outros	1	14
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	45	112
Obrigações fiscais	74	17
Obrigações trabalhistas	(31)	-
Arrendamento	(123)	(655)
Outros passivos	(67)	(1.479)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>2.872</u>	<u>7.824</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(106)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(106)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa de atividade de financiamento		
Amortização de principal e juros empréstimos	(966)	(9.915)
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento	<u>(966)</u>	<u>(9.915)</u>
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>1.800</u></u>	<u><u>(2.091)</u></u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	1.891	3.982
Caixa e equivalentes no fim do exercício	3.691	1.891
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>1.800</u></u>	<u><u>(2.091)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Sol Maior Geradora de Energia S.A (“Companhia”), é uma sociedade por ações de capital fechado, tendo como acionista controlador o XP Infra II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. A Companhia está domiciliada no Brasil no endereço: às margens da Rodovia TO-342, a 5 Km de Miranorte, no sentido de Miracema do Norte, na Cidade de Miracema do Tocantins-TO.

A Companhia tem por objetivo específico o desenvolvimento, implantação, construção, operação, manutenção e exploração comercial da UFV SOL MAIOR 2 para a geração de Energia Elétrica Renovável por fonte Fotovoltaica (solar) - CNAR: 3511-5/01, em todo o território nacional, na forma de produtor independente de energia elétrica.

A Companhia sagrou-se vencedora do 1º Leilão de Energia de Reserva LER de 2015, Leilão nº 08/2015, realizado em 28 de agosto de 2015, que teve por objeto a contratação de energia de reserva proveniente de novos empreendimentos de geração a partir de fonte solar fotovoltaica.

Em 6 de fevereiro de 2019 foi publicado no Diário Oficial da União, o despacho sob o nº 312, processo: 48500.000475/2017-48, liberando o início da operação comercial da usina: UFV Sol Maior 2, unidades geradoras: UG1 a UG40, de 125 KW cada, totalizando 5.000 KW de capacidade instalada, no município de Miracema do Tocantins, TO. O período contratual é de 20 (vinte) anos, correspondendo ao período de 1º de agosto de 2017 até o dia 31 de julho de 2037. O Contrato não prevê a possibilidade de renovação. No leilão, a Companhia foi vencedora pelo lance de R\$ 297/MWh. O preço será atualizado anualmente, com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Desempenho operacional e gestão

Em fevereiro de 2019, teve início as atividades operacionais da Companhia com o início da operação comercial da UFV. Em 09 de outubro de 2020, durante ação excepcional de fenômenos eólicos, as instalações da UFV sofreram perdas materiais significativas com danos físicos e interrupção das operações. Devido a este sinistro ocorrido, em 30 de dezembro de 2020 foi publicado no Diário Oficial da União o Despacho nº 3.712, que suspendeu a operação comercial de unidades geradoras da UFV, como resultado da comunicação de ocorrência grave formulado pela UFV SOL MAIOR 2 à SFG/ANEEL, de conformidade com a Resolução Normativa nº 583, de 22 de outubro de 2013.

Dessa forma, foram suspensas temporariamente as operações comerciais das unidades geradoras equivalentes à 1.886 kW, restando 3.114 kW da capacidade instalada, que continuaram em operação comercial normal, a contar de 30 de junho de 2022, quando foram restabelecidas as condições da UFV a níveis equivalentes aos períodos anteriores ao evento de 09 de outubro de 2020.

Os valores das potências afetadas e remanescentes foram calculadas e arredondados pela CCEE que realizou a alteração da modelagem da UFV para que esta nova configuração reflita no Sistema de Contabilização e Liquidação (CliqCCEE), com rebatimentos comerciais no Contrato de Energia de Reserva - CER no 328/15, impactando no valor da receita de venda a ser percebida pela Usina, a partir dessa data de 31 de dezembro de 2020.

As instalações da UFV estavam asseguradas com referencia a apólice número 046692020100101180001280 junto a seguradora Fairfax. Todas as comunicações foram devidamente feitas a seguradora para abertura de processo administrativo, sendo que a Companhia aguarda posicionamento final da seguradora para definição do prazo de ressarcimento do valor avariado, conforme nota explicativa nº 7.

Ao longo de 2024 a usina solar Sol Maior gerou 11.160,990 MWh (10.850 MWh em 2023), superior à geração contratada no leilão de 10.540,8 MWh.

Reversão do passivo a descoberto de 2023

Em de 24 de julho de 2024, os acionistas deliberam pela redução do capital social em R\$ 16.186 com o respectivo cancelamento de ações para a absorção integral dos prejuízos acumulados na forma do artigo 173 da Lei nº 6.404/76 (Lei das SAs).

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2025. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Reconhecimento de receita - Nota Explicativa nº13: mensuração da parcela variável da receita com base no volume de energia gerado e a aplicabilidade de fatores de tolerância de acordo com o previsto no *Power Purchase Agreement - PPA*.

3. Políticas e práticas contábeis materiais

As políticas contábeis e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras que incluem outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. O saldo está demonstrado pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b. Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração;

Itens do imobilizado são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, mão de obra e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado em outros resultados operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado.

- Depreciação.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na menor taxa entre a vida útil estimada dos bens e o prazo do contrato de Power Purchase Agreement - PPA, de forma limita-se ao prazo do contrato de venda de energia, pois, após encerrado esse contratos os itens serão desmantelados, sem direito a indenização. A depreciação é reconhecida no resultado como custo de operação.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

O saldo do imobilizado líquido da Companhia corresponde ao valor de R\$17.660 (R\$ 18.930 dez/2023), conforme nota explicativa nº 8. A depreciação está sendo realizada de acordo com a menor taxa entre a vida útil do bem e o prazo de autorização do *Power Purchase Agreement - PPA* de 18 anos e seis meses, tendo como o mês de início da operação em fevereiro de 2019. Essa metodologia é adotada pois não há expectativa de que os bens sejam utilizados pós PPA, no há indenização ao final da autorização e, conseqüentemente, o ativo é desmantelado.

- Arrendamento sobre o direito de uso.

A Empresa reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento na data de início do contrato.

O direito de uso, no reconhecimento inicial, é mensurado ao seu valor de custo, incluindo custos iniciais do contrato, e posteriormente ao seu valor de custo ajustado menos a depreciação acumulada, perdas por impairment, ajustes do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente das parcelas não pagas no reconhecimento inicial, utilizando-se geralmente a taxa de juros incremental, a não ser que a taxa de desconto implícita no contrato possa ser determinada confiavelmente.

O passivo de arrendamento é subsequentemente acrescido do custo dos juros incorridos e reduzido pelos pagamentos das contraprestações de arrendamento pagas. O passivo de arrendamento também pode ser alterado quando há alterações em indexadores de inflação do contrato, alterações nas taxas contratuais, mudanças em opções de compras ou na expectativa da Administração de exercer ou não opções de saída ou renovação do contrato.

A Empresa não reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento de contratos de arrendamento de bens de baixo valor ou de contratos com duração inferior a doze meses. Para estes contratos, a despesa de arrendamento reconhecida de forma linear ao longo do período do contrato.

O contrato de arrendamento existente refere-se à locação de terreno onde localiza-se a planta solar. A conciliação da movimentação dos saldos do ativo de direito de uso (imobilizado) e do passivo de arrendamento estão divulgadas nas notas 8 e 10, respectivamente.

O contrato de arrendamento tem duração de 35 anos, sem opção de compra, porém, com direito de preferência para aquisição do imóvel, em caso de alienação, venda, dação em pagamento, cessão, transferência ou qualquer forma de transmissão de propriedade ou da posse do imóvel para terceiros durante a sua vigência. As taxas de juros utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são levantadas a partir da taxa incremental da Empresa de 12,31% (IPCA 4,31% + 8%).

c. Redução ao valor recuperável

A Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Em 2024, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Companhia, inclusive os danos nos módulos da UFV segurados, estão sendo recuperados na sua totalidade.

d. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias e registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto na lei 6.404/76, do lucro líquido do exercício 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, a constituição do fundo de reserva legal, até que o mesmo atinja 20% (vinte por cento) e o saldo remanescente será distribuído dividendo não inferior de 25% (vinte por cento) do lucro anual mediante a deliberação em Assembleia Geral.

e. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

f. Reconhecimento de receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita nesse tipo de ambiente é composta por uma parcela fixa, cuja base de cálculo é a energia vendida (R\$/MWh), e uma parcela variável (desvios de geração efetiva com relação à energia contratada - fixa) sendo que tal mecanismo, possibilita o carregamento para os anos seguintes de déficits e compensações de energia que são reconhecidos de acordo com os critérios previstos pelo *Power Purchase Agreement - PPA*.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

Reconhecimento de receita nota explicativa nº 06 é contabilizado conforme a receita de geração de energia, reconhecida no período da transferência para a rede, o qual está informado no relatório emitido pelo Sistema de Contabilização do CCEE.

g. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

h. Imposto de renda e contribuição social

(i) Correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita financeira, a base de cálculo é de 100%. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 60 a cada trimestre, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

(ii) Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

i. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes e caixa, clientes, empréstimo e financiamentos, e outras contas a receber e a pagar.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem gerar exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Valor justo por meio do resultado (VJR): os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

- CPC 26 (IAS 1) - Classificação de passivos como circulante ou não circulante com Covenants.
- CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7) - Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores ("risco sacado").
- CPC 06 (IFRS 16) - Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior.
- CPC 09 - Demonstração do valor adicionado. Esclarecimentos sobre a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (R1).

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e, portanto, não afetando a sua posição patrimonial e financeira.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Compete ao CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a emissão de novos pronunciamentos, além da revisão de pronunciamentos existentes, mas não ainda em vigor, descritas a seguir:

- IFRS 9 (CPC 48) / IFRS 7 (CPC 40) - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (vigência: 01/01/2026).
- IAS 21 (CPC 02) - Ausência de conversibilidade (vigência: 01/01/2027).
- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis (vigência: 01/01/2027).
- As entidades serão obrigadas a classificar todas as receitas e despesas nas seguintes categorias: operacional, de investimentos e de financiamentos, de operações descontinuadas e de imposto de renda. O lucro líquido das entidades não sofrerá alteração.
- As medidas de desempenho definidas pela Administração serão divulgadas em uma nota nas demonstrações financeiras.
- Serão fornecidas orientações aprimoradas sobre como agrupar e detalhar informações nas demonstrações financeiras.
- As entidades serão obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração do fluxo de caixa ao apresentar os fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Administração segue avaliando os possíveis impactos da adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras, especialmente na estrutura da demonstração do resultado, nos fluxos de caixa e aguardará as orientações do CPC quanto à aplicação deste pronunciamento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos conta movimento	463	420
Aplicações automáticas	<u>3.228</u>	<u>1.471</u>
	<u><u>3.691</u></u>	<u><u>1.891</u></u>

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de liquidez diária, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

A rentabilidade média das principais aplicações da Companhia são as seguintes:

- a) Recursos aplicados em Compromissada de curtíssimo prazo: 80% do CDI;
- b) Recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancários (CDB): 98% do CDI.

6. Contas a receber

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") (i)	<u>408</u>	<u>396</u>
	<u><u>408</u></u>	<u><u>396</u></u>

Os valores de contas a receber se referem substancialmente à geração de energia elétrica realizada no ambiente de energia de reserva.

7. Indenização a receber

	<u>Seguradora</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
2º sinistro (ii)	Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	13	13
3º sinistro (iii)	Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	<u>155</u>	<u>155</u>
		<u><u>168</u></u>	<u><u>168</u></u>

Em 09 de outubro de 2020, durante ação excepcional de fenômenos eólicos (vendaval), as instalações da UFV sofreram perdas materiais significativas com danos físicos e interrupção das operações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

As instalações da UFV estavam asseguradas com referencia a apólice número 046692020100101180001280 junto a seguradora Fairfax. Todas as comunicações foram devidamente feitas a seguradora para abertura do processo administrativo, bem como, a seguradora homologou os montantes a serem recebidos. Em 18 de agosto de 2022 a Companhia recebeu um adiantamento da indenização no valor de R\$ 3.500.

Em 19 de janeiro de 2023 a Companhia recebeu um adiantamento da indenização no valor de R\$ 1.103, e outro recebimento no dia 29 de agosto de 2023 no valor de R\$ 4.915.

8. Imobilizado

a) Composição do imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Instalações	5%	8	(4)	4	5
Parque Solar em Operação	5%	23.597	(6.563)	17.033	17.614
Máquinas e equipamentos	10%	50	(8)	42	47
Adiantamento para imobilizações	-	-	-	-	609
Terrenos (Direito de Uso)		675	(94)	581	655
		<u>24.330</u>	<u>(6.669)</u>	<u>17.660</u>	<u>18.930</u>

b) Movimentação do imobilizado

	31/12/2023	Adições	Transferências	Depreciação	31/12/2024
Instalações	5	-	-	(1)	4
Parque Solar em Operação	17.614	683	24	(1.288)	17.033
Máquinas e equipamentos	47	-	-	(5)	42
Adiantamento para imobilizações	609	-	(609)	-	-
	<u>18.275</u>	<u>683</u>	<u>(585)</u>	<u>(1.294)</u>	<u>17.079</u>
Terrenos (Direito de Uso)	655	-	(18)	(56)	581
	<u>18.930</u>	<u>683</u>	<u>(603)</u>	<u>(1.350)</u>	<u>17.660</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

9. Intangível

a) Composição do intangível

	Taxas anuais de amortização	31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Software	20%	20	(5)	15	-
Intangível em curso	-	6	-	6	-
		<u>26</u>	<u>(5)</u>	<u>21</u>	<u>-</u>

b) Movimentação do intangível

	31/12/2023	Adições	Amortização	31/12/2024
Software	-	20	(5)	15
Intangível em curso	-	6	-	6
	<u>-</u>	<u>26</u>	<u>(5)</u>	<u>21</u>

10. Passivo de arrendamento

	31/12/2023	Remensuração direito de uso	Juros	Pagamentos	31/12/2024
Passivo Circulante	3	7	-	-	10
Passivo Não Circulante	718	(43)	85	(87)	673
	<u>721</u>	<u>(36)</u>	<u>85</u>	<u>(87)</u>	<u>683</u>

(i) A movimentação do passivo de arrendamento é referente ao direito de uso de terreno já mencionado na Nota Explicativa nº 8.

11. Debêntures

Em 14 de maio de 2024, os acionistas deliberaram através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária sobre a alteração das características das debêntures da terceira emissão para conversíveis em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, tendo em vista a conversão da totalidade dessa debêntures em ações ordinárias para aumento do capital social.

Em 07 de agosto de 2024 as debêntures da quarta emissão foram totalmente liquidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Número da Emissão	Encargos Financeiros	Data de emissão	Data vencimento	31/12/2024	31/12/2023
3ª emissão	IPCA + 8,00%	19/04/2019	30/04/2035	-	27.469
4ª emissão	DI + 5,00%	21/07/2021	21/07/2022	-	3.189
				-	30.659
Circulante				-	17.221
Não Circulante				-	13.438
					2024
Saldo Inicial					30.659
Debêntures capitalizadas 3ª emissão					(28.725)
Pagamento das debêntures principal e juros 4ª emissão					(3.465)
Juros sobre debêntures provisionados					1.531
Saldo Final					-

12. Provisão para demandas judiciais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, e análise das demandas judiciais pendentes, entende que não existem processos trabalhistas, tributários e cíveis com probabilidade de perda possível e provável.

Riscos tributários

De acordo com a legislação vigente, as declarações de imposto de renda entregues estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados.

No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2024, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento. Consequentemente, a Companhia não tem registrada provisão para contingências.

A Companhia não possui na data base de 31 de dezembro de 2024 montantes referentes a contingências fiscais, cíveis ou trabalhistas classificados como probabilidade de perda possível ou provável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

13. Patrimônio Líquido

i. Capital social

O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 21.032, representado por 21.031.959 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas (R\$ 5.993 em 2023).

Acionistas	2024 Número de Ações	%
XP Infra II - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	21.031.959	100%
Total	21.031.959	100%
Acionistas	2023 Número de Ações	%
MG3 Infraestrutura e Participações Ltda	321.801	5,37%
XP Infra II - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	5.670.766	94,63%
Total	5.992.567	100%

Em 22 de março de 2024, o XP Infra II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, fundo de investimento em participações, adquiriu 321.801 (trezentas e vinte e uma mil, oitocentas e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, detidas pela MG3 INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES LTDA representando, na época, 5,37% (cinco vírgula trinta e sete por cento) do capital social total e votante da Companhia.

14. Receita de geração de energia

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de Geração de Energia (i)	4.887	4.688
(-) Ressarcimento - Geração superior (ii)	87	-
(-) Ressarcimento - Geração de energia inferior (ii)	(31)	-
(-) Reapuração de energia de reserva	(62)	-
(-) Impostos	(182)	(171)
(-) Encargos	(21)	-
	4.678	4.517

- (i) Os valores de receita se referem substancialmente a geração de energia elétrica realizada no ambiente de energia de reserva;
(ii) Ressarcimento anual, decorrente da geração de energia superior, previsto em contrato;
(iii) Ressarcimento anual, decorrente da geração de energia inferior do ciclo anterior, previsto em contrato.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

15. Custos de operação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Depreciação	(1.320)	(1.278)
TUSD	(268)	(277)
Serviços de O&M, Engenharia e consultoria	(716)	(487)
Outros	(290)	(94)
	<u>(2.594)</u>	<u>(2.136)</u>

16. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Serviços de terceiros administrativos e jurídicos	(248)	(204)
Despesas com pessoal	(25)	(159)
Impostos e taxas	-	(77)
	<u>(273)</u>	<u>(440)</u>

17. Resultado financeiro

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita Financeira		
Juros sobre aplicação financeira e impostos incidentes	267	104
Outras receitas financeiras	10	-
	<u>277</u>	<u>104</u>
Despesa Financeira		
Juros sobre debêntures	(1.533)	(4.567)
Juros sobre arrendamento mercantil	(85)	(82)
Outros	(3)	(19)
	<u>(1.621)</u>	<u>(4.669)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(1.344)</u>	<u>(4.565)</u>

18. Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. Até o encerramento destas demonstrações financeiras, as negociações para a contratação de um novo seguro encontravam-se em estágio avançado. Não está incluído no escopo dos trabalhos de auditoria, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela administração da Companhia.

19. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia mantém operações com certos instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A exposição na qual a Companhia está exposta para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de liquidez;
- c) Risco de taxa de juros;
- d) Risco operacional; e
- e) Risco de capital.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos mencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura de gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais são endereçados pelo modelo de gestão da controladora.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

(i) Risco de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito está apresentado a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicações automáticas	3.228	1.471
Contas a receber	<u>408</u>	<u>396</u>
	<u><u>3.637</u></u>	<u><u>1.867</u></u>

A Companhia centraliza suas operações com as instituições financeiras de primeira linha, com baixo risco e em papéis de alta liquidez.

(ii) Risco de liquidez

É o risco em que a controladora poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A política da companhia, tem por objetivo garantir a liquidez dos investimentos aplicados em bancos de primeira linha e, para cumprir com suas obrigações vincendas, visando mitigar o risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros:

SOL MAIOR GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

<u>Passivos financeiros não derivativos</u>	<u>Nota</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>3 meses ou menos</u>	<u>3_12 meses</u>	<u>5 anos</u>
Fornecedores		160	160	-	-
Debêntures	9	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2024		<u>160</u>	<u>160</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Passivos financeiros não derivativos</u>	<u>Nota</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>3 meses ou menos</u>	<u>3_12 meses</u>	<u>5 anos</u>
Fornecedores		115	115	-	-
Debêntures	9	30.658	1.226	15.995	13.437
Saldo 31 de dezembro de 2023		<u>30.773</u>	<u>1.341</u>	<u>15.995</u>	<u>13.437</u>
<u>Passivos financeiros não derivativos</u>	<u>Nota</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>3 meses ou menos</u>	<u>3_12 meses</u>	<u>5 anos</u>
Fornecedores		3	3	-	-
Debêntures	9	36.008	1.504	638	33.866
Saldo 31 de dezembro de 2022		<u>36.011</u>	<u>1.507</u>	<u>638</u>	<u>33.866</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

(iii) Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Instrumentos de taxa variável			
Ativos financeiros	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras	5	3.228	1.471
Contas a receber	6	408	396
		<u>3.637</u>	<u>1.867</u>
Passivos financeiros	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	9	-	30.658
		<u>-</u>	<u>30.658</u>

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

As debêntures privadas emitidas pela companhia se tratam de um título pós-fixado, cuja rentabilidade é composta por uma taxa anual pactuada no momento da emissão mais a variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), o índice de inflação oficial do governo brasileiro, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). As debêntures possuem fluxos semestrais periódicos de pagamento de juros ao investidor. Uma alteração na taxa Selic, taxa básica de juros definida pelo Banco Central do Brasil, não teria impacto no patrimônio e no resultado do exercício na data das demonstrações financeiras. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes. A análise é conduzida com a mesma base para 2024.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

(iv) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias.

A Companhia tem como objetivo a manutenção e constante atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e consequentemente reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro, e danos à sua reputação buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

(v) Risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de assegurar suas atividades normais, além de manter uma estrutura de capital adequada para oferecer retornos aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Mensurações de valor justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil. Abaixo é uma comparação por classe do valor contábil e seu valor justo ("Fair Value"):

Instrumentos financeiros " Não derivativos"

Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo:

- Nível 1 - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar.

SOL MAIOR GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	Nível 2	31/12/2024		31/12/2022	
			Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros Valor justo por meio do resultado						
Bancos e aplicações financeiras	5	Nível 2	3.691	3.691	1.891	1.891
Custo amortizado Contas a receber	6	Nível 2	408	408	396	396
Passivos Financeiros Custo amortizado						
Fornecedores		Nível 2	160	160	115	115
Debêntures	9	Nível 2	-	-	30.658	30.658

20. Eventos subsequentes

Em 28 de janeiro de 2025, o acionista por unanimidade de votos aprovou a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 3.500 com o cancelamento de com cancelamento de 3.500.000 (três milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, por julgar o capital social excessivo em relação ao objeto social, em conformidade do disposto no arquivo 173 da lei 6.404/76, mediante a restituição do valor total ao único acionista da Companhia, XP Infra II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, pagos fevereiro de 2025, passando o capital social de R\$21.031.959,00 (vinte e um milhões, trinta e um mil, novecentos e cinquenta e nove reais), dividido em 21.031.959 (vinte e um milhões, trinta e um mil, novecentas e cinquenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 17.531.959,00 (dezessete milhões, quinhentos e trinta e um mil, novecentos e cinquenta e nove reais), dividido em 17.531.959 (dezessete milhões, quinhentas e trinta e um mil, novecentas e cinquenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.